



## PERSPECTIVAS TEÓRICAS ACERCA DA LEITURA E ANÁLISE DE RELATOS DE VIAJANTES: HERCULES FLORENCE, NARRADOR

Francismar Alex Lopes de Carvalho\*  
Universidade Estadual de Maringá – UEM  
[alexismagnus@hotmail.com](mailto:alexismagnus@hotmail.com)

**RESUMO:** O objetivo deste ensaio é descortinar algumas propriedades características dos relatos de viajantes em geral, atentando para os relatos monçoeiros como os de Hercules Florence, em particular, e sugerir algumas perspectivas para a leitura e análise destes textos. Procura-se entender os relatos de viajantes como textos e, como tais, sujeitos a alguns condicionamentos de produção e circulação, dos quais me interessam três em especial: os condicionamentos de percepção de uma experiência, de resposta às expectativas do poder e, finalmente, o fato de serem passíveis de reutilização para afirmação de identidades nacionais.

**ABSTRACT:** The objective of this essay is to disclose some characteristic properties of the travelers' stories in general, paying attention to the *monçoeiros'* stories like Hercules Florence's writings, in particular, and to suggest some perspectives for the reading and analysis of these texts. I look for to understand the travelers' stories as texts and, as such, subjected to some conditionings of production and circulation, of which interest me three in special: the conditionings of perception of an experience; reply to the expectations of the power; and, finally, the fact that these texts are passives of reutilization for affirmation of national identities.

**PALAVRAS-CHAVE:** narrativa – representação – memória – identidade nacional – informação

**KEYWORDS:** narrative – representation – memory – national identity – information

### Narrativas da Modernidade

Os relatos de viagens, ou para ser mais preciso, o deslocamento físico de agrupamentos humanos pelo espaço geográfico, por tempo determinado, e a

---

\* Mestrando em História pela Universidade Estadual de Maringá, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Evandir Codato. Agradeço ao apoio constante da minha orientadora, bem como a Mariana Esteves de Oliveira, como sempre. Cheguei às perspectivas teóricas esboçadas neste ensaio mediante trabalho empírico que realizo há alguns anos sobre os relatos de viajantes publicados pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e que culminará brevemente na minha dissertação de mestrado.

transformação do observado e vivido em narrativa<sup>1</sup>, não são uma novidade da modernidade. As narrativas que compõem a *Odisséia*, as viagens dos Argonautas, a *Eneida*, os relatos de Marco Pólo, e de tantos outros, constituem-se de elementos épicos próprios, muitos dos quais reaparecem nos modernos relatos de viajantes. A diferença parece estar na possibilidade mesma aberta pela modernidade: pela primeira vez na história do mundo, culturas e civilizações de todo o globo tornaram-se contemporâneas; apareceu a idéia de humanidade e de humanismo; em outros termos, surgiu a história universal. O Novo Mundo emerge com um lugar privilegiado de contatos, trocas e interações culturais e civilizatórias, permeadas por relações de conquista, dominação ou extermínio. Nesses inícios da modernidade, os caminhos do mundo estão todos por traçar e, ainda que muitos tenham já desenhado cartas de navegação e escrito itinerários mais ou menos rigorosos, todo o viajante busca abrir novos caminhos, desvelar e desvendar o conhecido e o desconhecido, alcançar a surpresa ou o deslumbramento. Mais do que nunca, vale aquela sentença de Antônio Machado: “Caminante, no hay camino, se hace camino al andar”<sup>2</sup>.

Desenhar o mundo e redesenhar-se a si mesmo: isso pode ter potencializado ao máximo o épico das narrativas, a ponto de aparecerem relatos como os de Caminha, Vespúcio, Staden, Trevet, Cabeza de Vaca, entre outros. Nos séculos XVI e XVII, fundamentalmente, os relatos de viajantes primam por uma “geografia fantástica” que dê conta das “descobertas”. O conhecimento acumula-se, as forças produtivas da história desenvolvem-se. O século XVIII desenvolverá um *estilo* de viagem característico, que se estende por todo o século XIX: as expedições motivadas por razões científicas, realizadas, em sua maioria, por naturalistas<sup>3</sup>. A extensa colônia

---

<sup>1</sup> Cf. LISBOA, Karen M. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 34.

<sup>2</sup> Apud. IANNI, Octávio. **Enigmas da Modernidade-Mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 24. Por modernidade entendo o paradigma que começa a se instaurar a partir do século XVI e que compreende, como bem salientou Octávio Ianni, modos de ser, pensar, sentir, agir, compreender, explicar, imaginar e fabular. Os inícios da modernidade são simultâneos aos processos de transformações das estruturas político-econômicas e socioculturais, movimentos condicionados decisivamente pela conquista do Novo Mundo, pela acumulação primitiva de capital e pela organização dos Estados absolutistas. Conforme escreve Ianni: “O Novo Mundo é bem um produto e uma condição de uma ruptura histórica excepcional, acompanhada de implicações científicas, filosóficas e artísticas também notáveis. [...] Sim, participa decisivamente do processo de desencantamento do mundo, como momento primordial e seminal da modernidade, como emblema pelo qual se inicia um novo ciclo da história. Cabe reconhecer que a descoberta e a conquista do Novo Mundo ocorrem em uma época em que estão em curso a Renascença, a Reforma, a Contra-Reforma e a Revolução Científica. É toda uma configuração histórico-social da vida, trabalho e cultura que está em causa nessa época”. IANNI, O., op. cit., p. 39.

<sup>3</sup> Cf. LISBOA, K., op. cit., p. 35.

portuguesa na América teve, na segunda metade do século XVIII, seus caminhos e descaminhos amplamente recortados: as “memórias” sobre a colônia, desenvolvidas por uma comunidade de homens letrados, funcionários do Estado Português, levam à risca a noção de “viagem filosófica”, ou seja, o encontro do viajante com as riquezas materiais (sobretudo as minerais; estudava-se muito a mineralogia), com as populações nativas, com a natureza e consigo mesmo. Alexandre Rodrigues Ferreira, Luís dos Santos Vilhena e José de Lacerda e Almeida, todos ligados à Academia Real das Ciências de Lisboa, são desse período<sup>4</sup>.

Contudo, o ano de 1808 parece indicar uma inflexão importante. Ora, foi esse o ano da vinda de D. João VI e sua corte para o país, e, em certo grau, as medidas administrativas tomadas abriram novos horizontes para a exploração científica do território, bem como para sua ocupação mais efetiva. Foi o ano da abertura dos portos, o que significou a entrada de uma grande leva de viajantes naturalistas e pesquisadores em geral vindos do estrangeiro. Rugendas, Spix e Martius, Saint-Hilaire, Langsdorff: são muitos os que viajam pelo interior do Brasil no século XIX, desenhando, coletando, classificando, organizando mapas, narrando histórias do homem comum. Em certo sentido, fazem valer a proposta de Alexander von Humboldt, segundo a qual era preciso ser como um “viajante filósofo”, que não só estuda os homens mas procura chegar a um “verdadeiro conceito de Humanidade”; em outros termos, realizar a missão científica do pensamento enciclopedista e a viagem sentimental do romantismo<sup>5</sup>.

O esboço de contextualização feito acima evidencia uma pluralidade enorme de interesses públicos ou privados, individuais ou coletivos, de guerra e de paz, que envolvem as viagens e os relatos de uns e outros, desde os inícios da conquista do Novo Mundo. Ao pensar no relato de viajante como dispositivo textual, a primeira advertência que se impõe é a sua contextualização na qualidade de discurso inserido numa época determinada. São textos e, portanto, são condicionados por um contexto de produção. Interessa ao leitor e analista desses relatos de viajantes as origens sociais dos autores destes textos, suas intenções, posições políticas, o poder de que dispõem. Com efeito, trata-se de discursos, e a essência formal dos discursos não se manifesta senão na sua

---

<sup>4</sup> Cf. ARRUDA, G. **Cidades e Sertões**: Entre a história e a memória. Bauru: Edusc, 2000, p. 68-69.

<sup>5</sup> Cf. LISBOA, K., op. cit., p. 39-41.

ambigüidade e subjetividade<sup>6</sup>. Nesse sentido, pensar os relatos de viajantes como textos e, ao mesmo tempo, como discursos, significa ter em conta alguns parâmetros teóricos gerais que permitam unificá-los como textos que detêm certa especificidade. Apesar de sua dependência vital em relação aos contextos históricos dentro dos quais são produzidos, seria possível estabelecer certos parâmetros unificadores que permitam acompanhar os caminhos e descaminhos que os relatos de viajantes seguem na modernidade? Se são discursos presos às condições de produção de uma época, significa isto que não têm desdobramentos posteriores? E se estes desdobramentos existirem, como identificá-los? Nessas linhas procuro clarificar um pouco mais as condições de produção de um relato de viajante e suas relações com o poder – não simplesmente redutíveis ao entendimento texto-discurso como sobredito –, assim como delinear algumas características de sua circulação na posteridade.

### **Representando e Rememorando**

O autor de um relato de viagem narra suas experiências, mesmo a experiência de ouvir coisas de outras pessoas. E precede à narração o ato da percepção do real. Este é um dado primordial que vem muito antes dos mecanismos discursivos que tanto interessam aos historiadores quando analisam os textos. O fato é que, antes de chegar ao texto, o autor passou por uma experiência e a percebeu como tal. Atentar para os mecanismos de percepção que o viajante utilizou para apreender sua experiência não significa cair no subjetivismo ou no individualismo metodológico: isto porque tais mecanismos são inegavelmente sociais. São as representações coletivas, esquemas de classificação, de visão e de divisão do mundo social, as categorias de conhecimento por meio das quais o real é transformado em concreto pensado. A rigor, a representação é uma experiência epistemológica de conhecimento do mundo: representar é atribuir sentido social à realidade.

As representações são variáveis segundo as disposições dos grupos ou classes sociais; aspiram à universalidade, mas são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. O poder e a dominação estão sempre presentes. As representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma

---

<sup>6</sup> Cf. ALVES, Paulo. Perspectivas acerca do método e técnica de análise de discursos. **História**. n. 2. São Paulo, 1983, p. 33.

autoridade, uma deferência e mesmo legitimar escolhas. Ora, é certo que elas colocam-se no campo da concorrência e da luta. Nas lutas de representações tenta-se impor a outro ou ao mesmo grupo sua concepção de mundo social: conflitos que são tão importantes quanto as lutas econômicas; são tão decisivos quanto menos imediatamente materiais<sup>7</sup>.

Dentro deste quadro geral, as narrativas produzidas pelos viajantes exprimem a maneira pela qual seus autores “recortaram” e classificaram a realidade que observaram e experimentaram. As lutas entre os grupos sociais desdobram-se nas lutas de representações. As descrições contidas nos relatos de viajantes eventualmente ressoam essas lutas, seja ao afirmar um preconceito, reproduzindo os estigmas que pesam nos ombros do grupo sobre o qual se fala, seja transcendendo essas barreiras e reencontrando a alteridade no reconhecimento do outro como tal. Essas situações decorrem do fato de que as representações do mundo social impostas às coletividades nunca são apropriadas da mesma forma por todos. Há uma tensão entre as modalidades do fazer crer e as formas de crença. Por modalidades do fazer crer entendem-se os procedimentos e dispositivos, discursivos ou formais, que objetivam coagir o indivíduo, sujeitá-lo, convencê-lo; por outro lado, existem formas de crença, variações possíveis diante dos mecanismos persuasivos, contra-sensos, rebeldias. Daí que a imposição de uma representação não significa a aceitação unívoca dessa representação: pode existir pluralidade nas apropriações. A força da representação pode tentar persuadir de um poder, mas pode dar a perceber a distância entre os signos exibidos e a realidade que eles não podem dissimular<sup>8</sup>. Daí os relatos de viagem serem textos tão fascinantes: a todo o momento o viajante testa seus preconceitos diante do outro, que está em toda a parte, seja homem ou natureza, e nessa experiência inevitavelmente o viajante se transfigura. Reafirmando seus esquemas de classificação do real ou mesmo revendo-os diante da experiência, o fato é que ele deixou de ser a mesma pessoa. E para além dessas situações individuais, o historiador pode descortinar amplos aspectos das culturas das populações, percebendo os mecanismos de avaliação do outro, as interações interculturais, as transfigurações de esquemas preexistentes, as sínteses culturais

---

<sup>7</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria M. Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

<sup>8</sup> Cf. CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002. p. 172-78.

produzidas e sempre em processo. Os relatos de viagem são narrativas do próprio processo cultural.

E como narrativas, tais relatos ligam-se umbilicalmente à memória. Dentre as condições de produção desses textos, a memória ocupa lugar especial porque em muitos dos casos é ela quem rege sua composição. O viajante não escreve vinte e quatro horas por dia. Mesmo os mais metódicos não estão com seu caderninho de notas o tempo todo à mão. É a memória que traz ao viajante a substância de sua prosa. Por memória entendo a experiência primordial com o tempo: é a capacidade humana de reter e guardar o tempo que se foi, salvando da perda total por meio do resgate, no presente, de referências situadas no tempo passado; este resgate dá-se pelo lembrar e pelo narrar. A lembrança é um ponto de referência que nos situa no quadro social e na experiência histórica coletiva. A memória é uma experiência existencial pela qual nos situamos no tempo e no espaço. Em uma palavra, rememorar é situar-se<sup>9</sup>.

O viajante que narra algo nunca tem em mente apenas as situações experimentadas somente na viagem mencionada. Pelo contrário: o viajante tem sempre consigo uma multidão de seres invisíveis, pontos de referência culturais apreendidos em determinado convívio social, que contrastam diretamente com a novidade que se manifesta diante dos seus olhos. Sobre essa relação de contraste, Halbwachs afirma que:

[...] nossos sentimentos e nossos pensamentos mais pessoais buscam sua fonte nos meios e nas circunstâncias sociais definidas; e que o efeito de contraste provinha, sobretudo, daquilo que procurávamos nesses objetos, não do que ali viam aqueles para quem eram familiares, mas o que se ligava às preocupações de outros homens, cujo pensamento se aplicava pela primeira vez a esse quadro conosco<sup>10</sup>.

Hercules Florence, em seu diário da viagem que fez como desenhista da expedição Langsdorff pelo interior do Brasil<sup>11</sup>, longo itinerário que seguiu a rota das

---

<sup>9</sup> Cf. CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994, p. 125.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Trad. Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vértice, 1990, p. 26-27.

<sup>10</sup> HALBWACHS, M., op. cit., p. 36.

<sup>11</sup> Importante viagem científica sob bandeira e financiamento do governo da Rússia que contou com uma distinta comitiva de naturalistas e astrônomos. Faziam parte dela o botânico Riedel, o astrônomo Rubzoff, o zoólogo Hesse e o jovem pintor Adriano Taunay. Hercules Florence era o segundo desenhista. O roteiro foi basicamente do Rio de Janeiro ao Tietê, e deste ao Amazonas pelas províncias de Mato Grosso e Grão-Pará, seguindo a tradicional rota fluvial das monções. Apesar de bem equipada, a empresa acabou sucumbindo às adversidades, tendo em vista que muitas pessoas morreram – vítimas de febres ou

monções e do Tietê chegou até ao Amazonas, entre os anos de 1825 e 1829, passou por uma situação que exemplifica singularmente o contraste produzido pela memória. O viajante francês, depois de ter navegado o dificultoso rio Tietê, alcança o rio Paraná; ele se expressa de um modo que não seria possível para os companheiros sertanistas que o acompanhavam:

[...] vimos o Paraná. Tínhamos na nossa frente o último estirão do Tietê e abria-se ante nós aquele caudal cuja largura é aí de um quarto de légua, parecendo ainda maior por ser a margem de lá extremamente baixa.

*O sentimento que experimentei, ao contemplar tão vasta extensão d'água e a riba distante, lembrou-me o abalo que recebe o viajante quando divisa, mar alto, as costas que demanda. Se essa terra é a França, então o seu coração estremece jubiloso ao pensar nos gozos já próximos que lhe franqueia aquele belo país, tão adiantado em civilização. Aqui, porém, só podíamos ver selvagens e míseras tocas, espetáculo ainda mais cheio de interesse e novidade para quem quer estudar o homem em seu estado primitivo<sup>12</sup>.*

Parece evidente a distinção, na passagem acima, entre a lembrança que o extenso rio suscitou no viajante francês e os esquemas de classificação do real, expressos em termos como “homem em seu estado primitivo”.

Mesmo distintas nas suas funções de construção da realidade, a representação e a memória misturam-se sem, contudo, deixarem de ser diversas: a representação como instrumento de conhecimento e de atribuição de sentido; a memória como capacidade de situar-se no tempo e no espaço. Elas andam juntas porque não há memória que não contenha ou instigue alguma classificação do real; e não há representação que não seja transmitida em um determinado momento, sob certas circunstâncias que pesam na memória e, por isso, são reproduzidas.

Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. O lugar recebe a marca do grupo e o grupo a marca do lugar. O grupo se fecha no quadro da natureza que construiu, de tal sorte que os detalhes dos lugares são apenas perceptíveis pelo grupo, que lhes deve uma ou outra lembrança.

---

acidentes (Adriano Taunay) – ou, simplesmente, perderam a sanidade mental, como foi o caso do chefe da expedição, o Sr. de Langsdorff.

<sup>12</sup> FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829**; com gravuras do Autor. Trad. Visconde de Taunay. São Paulo: Cultrix/Ed. da Universidade de São Paulo, 1977, p. 53. Ênfase acrescentada.

Cada aspecto, cada detalhe deste lugar em si mesmo tem um sentido que é inteligível apenas para os membros do grupo, porque todas as partes do espaço que ele ocupou correspondem a outro tanto de aspectos diferentes da estrutura e da vida de sua sociedade, ao menos, naquilo que havia nela de mais estável<sup>13</sup>.

Os depoimentos mudos dos lugares, para os quais apenas os grupos que lhes são próximos têm ouvidos, narram situações marcantes do passado, reavivam a memória coletiva. É assim que Florence, em sua viagem pelo rio Tietê, já perto da queda de Itupanema, ouve dos sertanejos a seguinte narrativa:

Uma monção que subia para Cuiabá achou, há oito anos, em uma das ilhas desta cachoeira uma preta que aí vivera sozinha mais de seis meses. Fora escrava com seu marido em Camapuã. Havendo fugido, desceram o rio Pardo, subiram o Paraná e o Tietê até esse ponto. Como não tinham pressa, empregaram ano e meio na viagem, mantendo-se de caça e pesca. Pararam nessa ilha, construíram um rancho e aí viveram felizes perto de seis meses. O marido num belo dia afogou-se ao passar o rio, e naquele deserto ficou a mulher ainda quase um ano até a chegada dessa expedição que a levou para Camapuã e a entregou de novo aos seus senhores. Ela nunca vira índios e de onça tão-somente ouvira os urros<sup>14</sup>.

Ou mais adiante, no rio Pardo, ao atravessar a cachoeira de Três Irmãos, relata Florence a seguinte fala de um sertanista:

Aí entram as águas em funda bacia e formam um torvelinho perigoso no qual, segundo nos contou o guia, perdeu-se, nos primeiros tempos do descobrimento das minas de Cuiabá, uma canoa com 80 arrobas de ouro em barra, metidas em caixotes. Procuraram alguns mergulhar, mas nunca chegaram ao fundo por causa do redemoinho que existe em baixo das rochas. A ser verdade o que referiu aquele homem, valeria a pena desviar o rio de seu leito<sup>15</sup>.

Duas cachoeiras que, na mudez barulhenta das suas águas que batem com força nas pedras, relembram aos sertanistas as histórias que ouviram muito provavelmente desde pequenos, fazem com que eles contem novamente, como um ritual, a narrativa marcante, que por seu turno conquista novos contadores, homens que se metem a escrever relatos de viagens e que recontam, não deixam a narrativa silenciar. “O espaço é uma realidade que dura”<sup>16</sup>.

<sup>13</sup> HALBWACHS, M., op. cit., p. 133.

<sup>14</sup> FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas...*, op. cit., p. 49.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 64-65.

<sup>16</sup> HALBWACHS, M., op. cit., p. 143.

E o bom narrador é aquele que ouve o senso comum. É aquele que transforma justamente o senso comum e suas histórias na própria substância do relato de viagem. O bom narrador viajante é aquele que não se incomoda de dar voz aos narradores anônimos, aquele que quer ouvir o senso comum e aprender coisas:

La experiencia que se transmite de boca en boca es la fuente de la que se han servido todos los narradores. Y los grandes de entre los que registraron historias por escrito, son aquellos que menos se apartan en sus textos, del contar de los numerosos narradores anónimos. Por lo pronto, estos últimos conforman dos grupos múltiplemente compenetrados. Es así que la figura de narrador adquiere su plena corporeidad sólo en aquel que en carne a ambas. ‘Cuando alguien realiza un viaje, puede contar algo’, reza el dicho popular, imaginando al narrador como alguien que viene de lejos<sup>17</sup>.

Parece ser essa a sina dos viajantes que resolvem relatar as experiências, a de simplesmente narrar os eventos, tendo ou não participado deles: “De esta manera, su propia huella por doquier está a flor de piel en lo narrado, si no por haberlo vivido, por lo menos por ser responsable de la relación de los hechos”<sup>18</sup>. Nesse sentido, pode-se dizer que o narrador resgata a dignidade dos grupos com quem convive, na medida em que lhes dá voz e divide suas experiências: “Ninguém, diz Pascal, morre tão pobre que não deixe algo atrás de si”. A memória é uma faculdade épica: ela conserva o narrado e permite sua reprodução.

Rara vez se toma en cuenta que la relación ingenua del oyente con el narrador está dominada por el interés de conservar lo narrado. El punto cardinal para el oyente sin prejuicios es garantizar la posibilidad de la reproducción. La memoria es la facultad épica que está por encima de todas las otras. Únicamente gracias a una extensa memoria, por un lado la épica puede apropiarse del curso de las cosas, y por el otro, con la desaparición de éstas, reconciliarse con la violencia de la muerte<sup>19</sup>.

Nesse sentido, os relatos de viajantes inevitavelmente dependem da memória, como também dos esquemas de classificação do mundo social, seja para negá-los ou reafirmá-los, e se constituem, pois, como parte do gênero épico. Ou antes, esses relatos são a própria épica do mundo moderno.

---

<sup>17</sup> BENJAMIN, Walter. **El narrador** (1936). Trad. Roberto Blatt. Madrid: Taurus, 1991. Disponível em: <[http://inicia.es/de/m\\_cabot/el\\_narrador.htm](http://inicia.es/de/m_cabot/el_narrador.htm)>. Acesso em: 19/02/2005. p. 2.

<sup>18</sup> Ibid., p. 6.

<sup>19</sup> Ibid., p. 9.

Mesmo que se despoje de muitos elementos culturais e abra-se ao outro, ouvindo e anotando as histórias que este outro narra, o viajante sempre procura encontrar-se a si mesmo através das viagens. É o que configura a *metáfora da travessia*: afirmando-se ou despojando-se, o certo é que se trata de uma experiência dialética, da qual nunca se volta o mesmo:

[...] muitas vezes o caminhante ilude-se. Ainda que se despoje ao longo da travessia, procura algo de si, do que tem sido, era, foi. Por mais que se liberte e se abra ao novo e desconhecido, ao que parece não codificado, sem face nem nome, ainda assim se agarra ao que era, foi e continua a ser. Isto porque muitas vezes o viajante está à procura de si mesmo. No curso da travessia, a despeito de despojar-se, libertar-se e abrir-se, reafirma seu modo de ser, observar, sentir, agir, pensar ou imaginar. No limite, são muitos os viajantes que buscam e rebuscam o seu eu, ou a sua sombra. Mesmo quando parecem fugir, estão se procurando no diferente, desconhecido, outro<sup>20</sup>.

## O Viajante e o Poder

A modernidade presenciou um desenvolvimento excepcional das forças produtivas. As sociedades humanas tornaram-se mais complexas, e as lutas entre os grupos ou classes sociais tornaram-se mais acirradas. Tanto no período que Marx chamou de “acumulação originária”, quanto no período propriamente capitalista de produção, as regiões do globo distantes dos grandes centros econômicos europeus foram vistas, pelas classes dominantes, como mercados a conquistar. O que moveu os europeus às Índias não foi apenas o gosto pelo desencantamento do mundo, senão que teve condicionamentos poderosos das forças produtivas. Nesse sentido, para além dos interesses pessoais dos viajantes, que podem se desdobrar em busca pessoal, conhecimento do outro, narrativas de experiências, etc., é preciso atentar para os interesses vinculados ao poder sempre presentes nessas viagens. Todo o viajante tem objetivos claros. Se está se embrenhando no interior de uma colônia financiado pelos recursos estatais, é certo que está procurando novas possibilidades de desenvolvimento econômico: novas minas de ouro e de minerais preciosos, solos mais ricos, plantas e drogas mais fáceis de extrair e de aceitação maior no comércio, entre tantas outras possibilidades que o viajante, principalmente a partir do século XVIII, buscava. Isto ocorre, mesmo que seus relatos tenham algo de filosófico aqui e ali, e o tempo todo

---

<sup>20</sup> IANNI, O., op. cit., p. 30.

desenvolvam a metáfora da travessia. Os modernos relatos de viajantes contêm descrições mais ou menos detalhadas das condições de produção das regiões visitadas. Este pode ser um dado útil ao historiador atento em reconstituir o modo de produção das sociedades passadas.

Mas, além disso, deve-se atentar para os interesses de grupo ou classe envolvidos nesses discursos. Quem é o autor e de quanto poder ele dispõe? Quais condicionamentos sociais (de grupo ou classe) impelem-no a fazer o que faz e a escrever o que escreve? São questões básicas para quem quiser apreender o conteúdo social das idéias expostas pelo autor. É certo que o autor escreve porque sabe que será ouvido por alguém. Se será atendido, isto é outra coisa. O poder da fala se funda na “autoridade” de quem fala e nos seus argumentos e ameaças, cujo objetivo não é outro senão fazer valer as suas ordens<sup>21</sup>. Para a análise de discursos, sugere Foucault: “É necessário conhecer o estatuto do sujeito: saber, numa formação discursiva, quem fala, com que títulos, sob que condições, com que autoridade, segundo que sistema de legitimação institucional”<sup>22</sup>. Mesmo o poder de nomear as coisas, as regiões e os grupos sociais, este não é para qualquer um. Segundo Bourdieu, deve-se atentar para a relação entre as propriedades do discurso, daquele que o pronuncia e da instituição que autoriza a pronunciá-lo. A especificidade do discurso de autoridade reside no fato de que não basta que ele seja somente compreendido, mas que ele seja reconhecido, para que tenha alguma eficácia. O reconhecimento advém do “detentor do cetro”, da situação legítima de enunciação, assim como de receptores e formas igualmente legítimos para a enunciação. É daqui que resulta a cumplicidade, fundada no desconhecimento do arbitrário, princípio da autoridade<sup>23</sup>.

Bourdieu sugere que o pesquisador esteja atento não apenas aos argumentos dos discursos – que são importantes, mas não valem nada se o sujeito que os pronunciam não tem poder –, mas, sobretudo, para as relações sociais desenvolvidas no campo social da competência do autor a analisar. Para o caso dos viajantes, cabe resgatar a trama das relações sociais com as instituições científicas e de ensino, com o grupo estatal designado para as tarefas de desbravamento, com as instituições de financiamento, com o campo literário que realiza atividades semelhantes sem, contudo,

---

<sup>21</sup> Cf. ALVES, P., op. cit., p. 34.

<sup>22</sup> FOUCAULT, Michel. Entrevista concedida à Revista Comunicação. n. 3. Rio de Janeiro, 1971, p. 34.

<sup>23</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. Trad. Sérgio Miceli et all. 2 ed. São Paulo: Edusp, 1998. p. 85-91.

sair dos gabinetes, etc. Os autores de textos servem primeiramente aos interesses dos grupos sociais aos quais estão diretamente ligados (especialistas) e, por acréscimo, às classes sociais que pertencem:

[...] as ideologias devem a sua estrutura e as funções mais específicas às condições sociais da sua produção e da sua circulação, quer dizer, às funções que elas cumprem, em primeiro lugar, para os especialistas em concorrência pelo monopólio da competência considerada (religiosa, artística, etc.) e, em segundo lugar e por acréscimo, para os não-especialistas<sup>24</sup>.

Todas essas precauções para evitar que o pesquisador caia no subjetivismo metodológico ou, no seu avesso, no funcionalismo que vincula qualquer discurso, sem mediações, aos interesses da classe dominante.

Não se pode negar, contudo, tais interesses de estratos sociais ou classes dominantes, quanto mais quando as viagens estão sob a égide do colonialismo, do neocolonialismo, do imperialismo, ou mesmo da dominação econômica caseira. Na expansão européia, prepondera o caráter econômico nas relações com as paisagens dos novos mundos descobertos e conquistados. O trato com a natureza segue a lógica colonialista de exploração dos recursos naturais (minérios, metais preciosos, vegetais). A natureza tropical, abundante de riquezas de toda a sorte, é entendida como inimigo a ser vencido e espoliado, desbravado e rompido em sua virgindade nativa: a despeito das relações de contato, troca e interação, o que predomina na colonização é exatamente essa perspectiva predatória, da qual padecem coletividades inteiras ainda hoje, sem contar a própria natureza. Não é à toa que Euclides da Cunha utilizou a expressão “fazedores de deserto” para se referir a esses exploradores ávidos de lucro fácil.

Entre os séculos XVIII e XIX, a obstinação pelo controle das “drogas do sertão” dá origem à “guerra dos vegetais”, para utilizar a expressão de Nicolau Sevcenko. A expulsão dos jesuítas tem muito a ver com o desejo da Coroa portuguesa de obter o controle dessas “drogas”. O acervo de espécimes de Alexandre Rodrigues Ferreira – famoso naturalista que recolheu inúmeros exemplares da flora da Amazônia e do Pantanal –, localizado no Jardim Botânico de Lisboa, foi simplesmente saqueado por Saint-Hilaire, a mando de Napoleão, quando da invasão de Portugal. Até a monção Langsdorff, da qual retirei os exemplos textuais deste ensaio, realizada sob

---

<sup>24</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Trad. Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 13.

financiamento russo do Czar Alexandre I, teria, segundo Sevcenko, algo de “espionagem econômica” imperialista, por conta do interesse pelas “drogas do sertão”<sup>25</sup>. É necessário ter clareza dos objetivos das viagens quando se analisa seus relatos: saber se são interesses militares, econômicos, políticos, empresariais, científicos, etc., ou vários destes ao mesmo tempo. Por trás do aparentemente descompromissado interesse dos russos em montar e fazer navegar uma monção aparelhada e conduzida por naturalistas e artistas de alta patente pelo interior do Brasil pode estar, no entendimento de Sevcenko, o projeto imperialista de constituição de um império ultramarino russo:

O projeto russo era controlar o Atlântico Norte a partir do Alaska [...]. A partir dali, a idéia era obter o controle do Pacífico Sul e do Atlântico Sul descendo do Alaska em direção a toda a costa americana do Pacífico. Como se sabe, havia colônias russas até o que é hoje a cidade de São Francisco, na Califórnia. Os russos queriam também estender o domínio do Pacífico Sul e a partir daí ter um controle da região do Prata, adquirindo a ilha de Santa Catarina fosse por conquista militar, fosse por negociação com o governo brasileiro. Esse era o projeto da expansão russa, de unir o império aos dois oceanos, e quem foi posto como observador decisivo na parte atlântica do projeto foi exatamente o barão de Langsdorff, sendo que com esse gabarito e com esse projeto por trás ele vem a se tornar o côsul-geral do Império Russo no Brasil<sup>26</sup>.



### **Relatos de Viajantes, Nação e Nacionalismo**

Os relatos de viajantes são textos em movimento. E dão ampla razão a esta metáfora. Eles dependem de certas condições de produção, a saber, a movimentação de agrupamentos humanos pelo espaço geográfico, por determinado período, e a transformação do observado e vivido em narrativa – transformação que, por sua vez, depende diretamente, em primeiro lugar, dos esquemas de classificação do mundo social utilizados pelos autores para atribuir sentido às suas experiências e, a seguir, da capacidade de se situar perante os acontecimentos, a capacidade de rememorá-los. A própria viagem tem suas determinações materiais: interesses econômicos, políticos, científicos, etc.; e a soma deles também. A circulação social dos relatos de viajantes depende muito desses contextos e determinações, de modo que o autor pode ser ouvido ou ignorado, dependendo de quanto prestígio e autoridade tiver acumulado.

<sup>25</sup> Cf. SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na Guerra Verde: vegetais, colonialismo e cultura. *Revista USP*. n. 30. São Paulo: 1996, p. 116-117.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 116.

Entretanto, a despeito dessa vida social do texto em seu contexto de produção, o fato é que eles são feitos também para a posteridade. Sua vida não se encerra na própria época; apenas é ali que começa. As sociedades posteriores voltarão aos relatos de viajantes procurando coisas. O que é certo é que, desde o final do século XVIII até hoje em dia, com o aparecimento na face da Terra dos modernos Estados-nação, as frações das sociedades que monopolizam os bens simbólicos tendem a buscar a ancestralidade da ordem social vigente, mais do que suas raízes, em textos significativos do passado: dentre eles, os relatos de viajantes assumem a primazia. A constituição de uma identidade nacional recorre constantemente a tais procedimentos de construção e imposição de representações do mundo social – tendentes a afirmar a ancestralidade do sentimento de pertencimento, da cultura nacional única e homogênea, a primazia de determinado grupo político no poder, etc. –, assim como revela as discordâncias de coletividades inteiras em relação a essas mesmas representações. O Estado-nação – que surge como novidade em várias regiões do mundo inteiro a partir das duas Grandes Revoluções, a Revolução Industrial Inglesa e a Revolução Francesa (vale mencionar também a importância da independência dos Estados Unidos) – não contava, quando apareceu na face da Terra, com os sentimentos de pertencimento à nação, não contava com os sentimentos de nacionalidade ou “patriotismo” que são típicos da contemporaneidade. O Estado precedeu as nações modernas: dado o Estado, tratou-se de imprimir nas populações o sentimento homogêneo de pertencimento, a identidade nacional. A tentativa de homogeneização das populações por meios de exortações (“capitalismo impresso”, na expressão de Benedict Anderson) nem sempre obteve, contudo, o sucesso esperado<sup>27</sup>.

Para o caso da América Latina em geral, criou-se mais ou menos entre os finais do século XVIII e durante todo o século XIX, os atuais Estados que a conformam. Contudo, dado o Estado, ainda não existiam nações. Delimitados arbitrariamente segundo os interesses políticos e econômicos das elites *criollas*, os Estados da América Latina não contavam com identidades nacionais pré-existentes ao seu aparecimento.

---

<sup>27</sup> Ver dentre os estudos clássicos sobre o tema do nacionalismo:

ANDERSON, Benedict. **Imagined communities**: reflections on the origin and spread of nationalism. Londres/New York: Verso, 1993;

GELLNER, Ernest. **Nações e Nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1993;

HOBBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo Desde 1780**. Trad. Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

Ora, coube aos campos intelectuais mais ou menos institucionalizados (e com posições definidas na divisão social do trabalho do mundo moderno) a tarefa de criar essa identidade nacional. Um tal mister implicou na elaboração de vários mecanismos tipicamente modernos de inculcação dessa identidade nacional, entre eles a escola, os hinos nacionais, as bandeiras, os símbolos nacionais, e, dentre muitos outros, alguns que em especial me interessam – o território nacional, o sentimento de pertencimento a este território e o modelo de um homem nacional com “valores” bem determinados. Com efeito, para o caso brasileiro em particular, os historiadores estão de acordo em considerar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (I.H.G.B.), criado em 1838, como uma instituição que desempenhou de modo excepcional, durante toda a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, essa tarefa de configuração e implementação de uma identidade nacional “brasileira”<sup>28</sup>.

Uma vez implantado o Estado, impunha-se a tarefa de delinear a nação. O I.H.G.B. cuidaria do “delineamento de um perfil para a ‘Nação brasileira’, capaz de garantir-lhe uma identidade própria no conjunto mais amplo das ‘Nações’, de acordo com os novos princípios organizadores da vida social do século XIX”<sup>29</sup>. Não se trata de qualquer perfil de nacionalidade: o duplo projeto do I.H.G.B. consiste, por um lado, em dar conta da gênese do Brasil como uma nação inserida na tradição de progresso e civilização festejada entre as classes dominantes da Europa e, por outro, traçar o retrato dessa nação enfatizando a idéia segundo a qual o Brasil é o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e europeia. Para tal tarefa, o próprio Estado arcaria com 75% das despesas ordinárias do I.H.G.B., incluindo a publicação de revista trimestral, encontros científicos e literários, expedições desbravadoras, viagens a outros países para coletar documentos, premiações para incentivar os ensaístas, etc<sup>30</sup>. A revista do I.H.G.B. é um verdadeiro monumento da memória nacional, constituído exatamente para este fim. Pouquíssimas foram as interrupções na sua publicação, que se manteve

---

<sup>28</sup> Cf. DIEHL, Astor Antônio. **A cultura historiográfica brasileira** (do IHGB aos anos 1930). Passo Fundo: Ediupf, 1998;

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**. n. 1. Rio de Janeiro: APDOC, 1988;

WASSERMAN, Cláudia. Percurso Intelectual e Historiográfico da Questão Nacional e Identitária na América Latina: as condições de produção e o processo de repercussão do conhecimento histórico. **Revista Anos** 90. 18. Porto Alegre: dez. de 2003.

<sup>29</sup> GUIMARÃES, M. L. S., op. cit., p. 6.

<sup>30</sup> Cf. *Ibid.*, p. 8-9; 19.

regular em todos os anos desde 1839. Dos textos publicados nesta revista, 73% se concentram sobre três temas que são indubitavelmente centrais na afirmação da identidade nacional: problemática indígena; viagens e explorações científicas; e o debate da história regional<sup>31</sup>.

A coleta de documentos era uma questão central para o I.H.G.B., devido à sua noção de história diplomática e criadora da nacionalidade. Os volumes de sua revista estão repletos de documentos reproduzidos, em especial de relatos de viajantes. A importância de se publicar relatos de viajantes parece decorrer da capacidade destes textos, à época, de definir os contornos físicos da nação, definir os elementos que viabilizam a afirmação de uma identidade, de possibilitar a integração econômica e de colocar a urgência da questão das fronteiras, que deveria ser resolvida para ocorrer a integração das regiões distantes.

Na verdade, trata-se de definir com precisão os contornos físicos dessa Nação, integrando na imagem em elaboração os elementos continentalidade e riquezas inumeráveis, capazes de viabilizarem num futuro não-definido a realização plena de sua identidade. Uma leitura desses relatos de viagens exploratórias e de reconhecimento também nos permite acompanhar a atividade cuidadosa de olhos atentos a registrarem conhecimentos sobre as diferentes regiões do país. Não só o tamanho dos rios e a altura das montanhas serão medidos e precisados, como também será avaliada a possibilidade de integração econômica das diferentes regiões. [...] Identidade física da Nação, possibilidades de exploração econômica do território e integração das regiões mais distantes do eixo de poder do Estado Nacional são alguns aspectos desses relatos de viagens e explorações que podem indicar possíveis relações desse tema com a história da Nação em elaboração<sup>32</sup>.

Os relatos de viajantes são, portanto, textos que podem ter destinos mui diversos daqueles que os seus autores imaginavam. Novamente abro o relato de viagem de Florence e encontro a seguinte passagem: “Sei que não passo de um escrevinhador sem letras, cujos escritos não hão de ver a luz da publicidade”<sup>33</sup>. Sequer imaginava o autor que não seriam poucos os que teriam contato com seus escritos, já que por iniciativa do I.H.G.B., entre os anos de 1875 e 1876, o relato da viagem do Tietê ao Amazonas ganharia as páginas da Revista Trimestral, ocupando três volumes e

---

<sup>31</sup> Cf. Ibid., p. 20.

<sup>32</sup> Ibid., p. 23.

<sup>33</sup> FLORENCE, H., op. cit., p. 150.

contando com tradução caprichada direto do francês pelo Visconde de Taunay<sup>34</sup>. Em 1977, novamente seu texto ganha a publicidade em co-edição pela Editora Cultrix e Editora da Universidade de São Paulo, desta vez enriquecido com os desenhos do autor. Lá a publicação deveu-se, certamente, às preocupações com a identidade nacional, tema para o qual um relato de uma longa viagem pelo interior do Brasil poderia contribuir muito. Aqui, provavelmente a publicação deve ter atendido à demanda por fontes por parte da comunidade acadêmica das Ciências Sociais, cada vez mais profissionalizada neste país. Os textos já nascem póstumos.

### Narração e Informação

Este ensaio acompanhou o movimento que realiza um relato de viajante nos tempos modernos. Além de ser um texto que fala de um movimento, ele também se movimenta sob certas condições de produção e de circulação<sup>35</sup>. O ensaio acompanhou a experiência do viajante, seus esquemas de classificação do mundo social pelos quais atribui sentido à realidade, sua memória, que é sempre parte de uma memória coletiva, a qual ele sempre põe em evidência, sobretudo quando se trata do senso comum, pois este é o fundamento da narrativa; acompanhou ainda os interesses envolvidos nas viagens, poderosamente determinados pelo estágio das forças produtivas, seja o colonialismo ou o imperialismo; e, finalmente, acompanhou a reutilização dos relatos de viajantes pelas elites a fim de configurar uma identidade nacional para as coletividades, o que não é senão uma forma entre outras de reforçar o poder de que essas mesmas elites já dispõem

---

<sup>34</sup> Sob o título: “Esboço da viagem feita pelo Sr. de Langsdorff no interior do Brazil, desde Setembro de 1825 até março de 1829. Escrito em original francez pelo 2º. desenhista da comissão científica Hercules Florence. Traduzido por Alfredo D’Escragolle Taunay”. Encontra-se publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro nos seus seguintes volumes: Tomo 38, parte 1ª (vol. 50-51), 1875, p. 355-469; Tomo 38, parte 2ª (vol. 50-51), 1875, p. 231-302 (continuação); Tomo 39, parte 2ª (vol. 53), 1876, p. 157-182 (conclusão).

<sup>35</sup> Parece-me correta a sugestão de Roger Chartier segundo a qual o sentido das formas materiais que organizam a leitura deve receber atenção especial do historiador, pois as formas, os dispositivos técnicos, visuais e físicos comandam, senão a imposição do sentido do texto, ao menos os usos de que podem ser investidos e as apropriações às quais são susceptíveis. Cf. CHARTIER, R. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Trad. Mary Del Priore. Brasília: EdUnb, 1999, p. 8. Assim, existem formas diversas de apresentação dos relatos de viajantes: a forma manuscrita imediata, que pode servir de guia, itinerário, relatório de atividades, circulando entre os viajantes ou entre as autoridades; a forma desenvolvida mais a médio prazo, provavelmente impressa, lida como uma “memória” pelos setores letrados mais ou menos diretamente envolvidos com a região e curiosos em geral; ou ainda a forma assumida pelo texto a longo prazo, transformado em texto datilografado e impresso, ocupando uma revista ou um livro, e certamente com finalidades políticas (para o presente caso, o cimento da ancestralidade nacional).

– é por tudo isso que se pode chamar os relatos de viajantes de narrativas épicas da modernidade.

O desdobramento desses apontamentos recai nas seguintes perguntas: vivemos o fim dos relatos de viajantes, bem assim como o fim do épico em geral? A narração – perdemos a capacidade de fazê-la e de ouvi-la, diante do triunfo da informação na contemporaneidade? Essas questões incomodavam Walter Benjamin quando, nos anos 1930, escreveu seu belo ensaio intitulado *O narrador*. Segundo Benjamin, o ocaso da narração inicia-se sob firme influência das forças produtivas da história, determinantes por sua vez do aparecimento da imprensa e do gênero novelesco, ambos peculiares da modernidade e verdadeiros antípodas do épico e da narrativa. Mas é a informação que contribui mais decisivamente para a decadência do épico<sup>36</sup>. A informação quer contar um acontecimento já com o contrabando da explicação, muito ao contrário da narração, que nos deixa livres para o extraordinário.



Cada mañana nos instruye sobre las novedades del orbe. A pesar de ello somos pobres en historias memorables. Esto se debe a que ya no nos alcanza acontecimiento alguno que no esté cargado de explicaciones. Con otras palabras: casi nada de lo que acontece beneficia a la narración, y casi todo a la información. Es que la mitad del arte de narrar radica, precisamente, en referir una historia libre de explicaciones. [...] Lo extraordinario, lo prodigioso, están contados con la mayor precisión, sin imponerle al lector el contexto psicológico de lo ocurrido. Es libre de arreglárselas con el tema según su propio entendimiento, y con ello la narración alcanza una amplitud de vibración de que carece la información<sup>37</sup>.

A informação cobra o seu tributo imediatamente, quer ser fugaz; a narração não quer explicar nada, é seca, não tem nenhuma análise psicológica, contudo é perene.

La información cobra su recompensa exclusivamente en el instante en que es nueva. Sólo vive en ese instante, debe entregarse totalmente a él, y en él manifestarse. No así la narración pues no se agota. Mantiene sus fuerzas acumuladas, y es capaz de desplegarse pasado mucho tiempo; [...] no explica nada. Su informe es absolutamente seco. Por ello, esta historia aún está en condiciones de provocar sorpresa y reflexión. Se asemeja a las semillas de grano que, encerradas en las milenarias cámaras impermeables al aire de las

---

<sup>36</sup> A modernidade, como paradigma de pensamento e processo social, parece engendrar dialeticamente os elementos de sua própria negação. Nesse sentido, compreende-se a gênese da idéia de pós-modernidade. Ver a esse respeito: IANNI, op. cit., esp. p. 235-59.

<sup>37</sup> BENJAMIN, W., op. cit., p. 4.

pirâmides, conservaron su capacidad germinativa hasta nuestros días<sup>38</sup>.

Mais uma vez o relato de viagem de Florence serve-me de exemplo para demonstrar todas essas propriedades da narração que estão sobreditas: ausência de explicação, relato seco, sem análise psicológica, contudo impermeável ao tempo e ao espaço, adentra à profundidade da condição humana, na sua simplicidade. Ao chegar em Cuiabá a expedição Langsdorff se divide e inicia uma observação mais detalhada da região. Florence, Langsdorff e um grupo de sertanistas vão ter às lavras de diamantes de Quilombo, localidade disposta ao vale do rio homônimo e próxima da vila de Guimarães.

Não goza de afeição dos habitantes do Quilombo Domingos José de Azevedo, português [...]. Recebeu-nos com mais frieza do que satisfação. [...] Viúvo, tem filhos e filhas, mas com nenhum deles mora. Vive só com seus escravos em número de 30, empregados na cultura de cana. [...] No dia seguinte, disse-nos ao almoço que costumava contar os grãos de café para não ser roubado pelos escravos.

Falou-nos na mulher, e ao nos levantarmos da mesa, levou-nos para os seus aposentos, que eram dois quatinhos. No fundo suspendeu do soalho um alçapão e mostrou-nos uma salinha colocada no primeiro pavimento, escura, úmida e com uma única janela de grades que dava para o engenho de cana. 'Aqui em baixo, disse-nos ele, é que eu guardava a mulher, quando tinha que sair de casa. Ela descia por uma escadinha que eu recolhia e recebia alimentos pela janela do engenho'. Tal homem dispensa, nem merece qualquer reflexão<sup>39</sup>.

Para as outras passagens do relato de Florence citadas neste ensaio, vale a mesma noção de narrativa: sua eloquência e capacidade de desvelamento provêm justamente do fato de nada explicar. A informação, que inunda a uns e outros na contemporaneidade, é um dado já com o contrabando da explicação e do psicologismo, quer falar de algo e explicá-lo, impede assim que o interlocutor, que lhe presta ouvidos, interaja ou interprete por si mesmo (fato que sempre é alvo de resistência e crítica).

O fim da narração é o fim da capacidade de intercambiar experiências.

Es la misma experiencia que nos dice que el arte de la narración está tocando a su fin. Es cada vez más raro encontrar a alguien capaz de narrar algo con probidad. Con creciente frecuencia se asiste al embarazo extendiéndose por la tertulia cuando se deja oír el deseo de escuchar una historia. Diríase que una facultad que nos pareciera

<sup>38</sup> Ibid., p. 5.

<sup>39</sup> FLORENCE, H., op. cit., p. 171-72.

inalienable, la más segura entre las seguras, nos está siendo retirada: la facultad de intercambiar experiencias<sup>40</sup>.

Nesse sentido, não há porque alguém escrever hoje em dia um relato de viagem. Primeiro, porque a própria composição de uma narrativa dessa natureza depende da capacidade do sujeito de intercambiar experiências, disposição que coletividades inteiras estão perdendo. Segundo, porque em geral não há ouvidos. Há sim para a informação maquínica, não para a troca de experiências. São deformidades produzidas pela sociedade capitalista, com bem tinha previsto Benjamin. Trata-se, portanto, de iniciar um processo de ruptura e transgressão desses hábitos culturais maquínicos, que nos impedem de intercambiar experiências, idéias, sentimentos, oportunidades materiais, vida. Pescar uma história das profundezas da memória, compartilhá-la, saber ouvir e trocar experiências de vida, respeitar o legado dos idosos, depositários dos conselhos peculiares da memória épica – tudo isso pode contribuir amplamente para a revitalização da narrativa enquanto prática social. Depreende-se daqui que essas narrativas podem neutralizar a apatia e a indiferença à pessoa humana inerentes à “sociedade da informação”. Outros saberes existem, outras sociedades são possíveis. A leitura dos relatos de viajantes da modernidade pode ser útil não apenas do ponto de vista historiográfico, mas também do ponto de vista social. É uma leitura que, como toda a viagem, transfigura os sujeitos, a ponto de abalarem suas certezas e não serem mais os mesmos depois da experiência. Ianni explica com mais detalhe esta *idéia de transfiguração*:

À medida que viaja, o viajante se desenraiza, solta, liberta. Pode lançar-se pelos caminhos e pela imaginação, atravessar fronteiras e dissolver barreiras, inventar diferenças e imaginar similaridades. A sua imaginação voa longe, defronta-se com o desconhecido, que pode ser exótico, surpreendente, maravilhoso, ou insólito, absurdo, terrificante. Tanto se perde como se encontra, ao mesmo tempo que se reafirma e modifica. No curso da viagem há sempre alguma transfiguração, de tal modo que aquele que parte nunca é o mesmo que regressa<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> BENJAMIN, W., op. cit., p. 1.

<sup>41</sup> IANNI, O., op. cit., p. 31.